

Circulação Nacional - 2015, edição especial, ago/set/out www.unacon.org.br

UNACON
Sindical
SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS
E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE

Finanças & Controle

— E S P E C I A L —



CGU MINISTÉRIO

O itinerário de uma
mobilização histórica



Uma batalha memorável

“**N**ão cessaremos nunca de buscar, e o fim de toda a nossa busca, será chegar ao ponto de partida, e o lugar reconhecer ainda, como da primeira vez que o vimos”. A passagem lapidar de T. S. Eliot, em *Little Gidding*, o último poema dos famosos Quatro Quartetos, resume um momento histórico da Controladoria-Geral da União. Em agosto e setembro de 2015, Analistas e Técnicos de Finanças e Controle uniram-se de norte a sul do país em defesa do caráter ministerial do órgão e da unidade de suas funções. Retornamos ao ponto de partida, porém, com renovado senso de responsabilidade em nossas mentes e corações. E com o inesgotável potencial que os novos começos sempre representam.

Travamos o bom combate, a luta justa daqueles que têm a certeza de nutrir um propósito nobre. No caso, a preservação de um órgão que se consolida de forma gradual e suprapartidária nas últimas três décadas, e que desempenha um papel decisivo em prol da moralidade pública. Lutamos e vence-

— **“** —
Vencemos porque não houve vaidade entre nós, mas cooperação e autoentrega. Vencemos porque soubemos dar respostas rápidas e precisas no momento adequado. Vencemos, em verdade, por termos empreendido uma batalha em defesa de toda a sociedade brasileira.

mos! Vencemos porque não houve vaidade entre nós, mas cooperação e autoentrega. Vencemos porque soubemos dar respostas rápidas e precisas no momento adequado. Vencemos, em verdade, por termos empreendido uma batalha em defesa de toda a sociedade brasileira.

E vencemos com o honroso apoio de centenas de dirigentes classistas e movimentos sociais do Brasil e do exterior, de especialistas da área de transparência e controle, de parlamentares e autoridades públicas, de parceiros institucionais e cidadãos

que se manifestaram nas ruas e nas redes. Vencemos com o apoio da mídia, que cumpriu sua elevada missão de informar. Vencemos, por fim, porque o governo compreendeu que a marcha em direção à transparência pública, ao combate à corrupção e ao aprimoramento da gestão não pode retroceder nem parar.

A CGU nasceu de um sonho: uma gestão pública de excelência, compromissada com a ética e a transparência. Parece uma aspiração irrealizável, se observamos a cultura patrimonialista renitente que alimenta injustiças e corrói a democracia. Parece um ideal inalcançável, se consideramos a incapacidade do Estado em resolver os grandes problemas sociais. No entanto, o amplo reconhecimento da relevância do nosso trabalho nos enche de esperanças. Sigamos em frente, afinal, como diz M. Kundera, “Sonhar com aquilo que nunca aconteceu é uma das mais profundas necessidades do homem”. ■

Boa leitura!

Rudinei Marques
 presidente do Unacon Sindical

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques
Presidente
Márcia Uchôa
Vice-Presidente
Daniel Lara
Secretário Executivo
Filipe Leão
Diretor de Finanças
Roberto Kodama
Diretor de Assuntos Jurídicos
Estevam Barbosa
Diretor de Filiados
Júlio Possas
Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

(Efetivos) João Wagney Pereira dos Santos - Laura Márcia de Souza Lima Safi - Maria da Conceição Geraldo (Suplentes) José Osmar Monte Rocha - Jari Bellaver Monteiro

Conselho de Ética Nacional

Gilberto Ricardi

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa - Arivaldo Pereira Sampaio - Frederico Carlos Janz - Godofredo da Silva Neto - José Marcos dos Santos - Manoel Messias de Jesus - Patricia Gebrim - Zeles de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adalto Erdmann de Almeida - PR, Ademar da Câmara Junior - TO, Adelton Vilhena Neves - AP, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ, André Gustavo de Medeiros Simões - PB, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Antônio José das Silva - RN, Antônio Roberto da Silva - SC, Armando Gonçalves de Carvalho - MA, Carlos Gil Lopes Rodrigues - RJ, Carlos Renato Corrêa Leite - RS, Celso Duarte de Sousa Junior - RR, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos - PA, João Augusto Calzado Gomes - RO, Luiz Roberto de Melo Machado - MS, Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Reonauto da Silva Souza Júnior - SE, Romualdo Anselmo dos Santos - BA, Sergio Takayuki Takibayashi - SP, Tiago Lopes Teixeira - MG, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical
Jornalista Responsável: Nayara Young (9.397/DF)
Estagiária: Juliana Martins
Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly
Fotos: Nayara Young, Juliana Martins e Aurélio Pereira
Tiragem: 7 mil

Unacon Sindical
CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 - Brasília-DF
CEP: 70753-530
Fone: (61) 2107-5000
E-mail: unacon@unacon.org.br

3 Editorial

Uma batalha
memorável

20 Vitória

Servidores
comemoram
manutenção do
caráter ministerial
da CGU



26 Entrevista

Mobilização em defesa
da CGU resulta em
unidade da carreira

30 Articulação

Movimento suprapartidário
conquista apoio em todos
os segmentos e toma as
ruas do país

34 Galeria

Momentos que marcaram
a luta em defesa da CGU

5 Linha do Tempo

Atuação marca
cronologia de eventos
na luta em defesa
da CGU



22 Apoiadores

Adesão de entidades
ligadas ao combate
à corrupção confere
força ao movimento



Forte integração marca luta em defesa da CGU

Desde os primeiros boatos até os pronunciamentos em agradecimento aos apoiadores do movimento, linha do tempo revela trajetória de um marco na carreira de Finanças e Controle

Movimento em defesa da Controladoria-Geral da União (CGU) entra pra história da carreira de Finanças e Controle. Em dois meses de articulação, Analistas (AFC) e Técnicos (TFC) comprovaram a máxima que diz: Solidários seremos união; separados, pontos de vista. O trabalho incansável dos servidores de todo o país foi capaz de reverter a intenção do governo de incluir o órgão na reforma administrativa.

Parlamentares, entidades ligadas à prevenção e ao combate à corrupção, organismos internacionais, sociedade civil e outros segmentos tiveram importante papel na defesa da manutenção da integridade ministerial da CGU. Confira a trajetória da mobilização, desde os primeiros boatos até os pronunciamentos em agradecimento aos apoiadores do movimento. No decorrer da publicação, ainda é possível acompanhar a repercussão da articulação pelos veículos de comunicação de todo o país. ■



03
09



"Nós precisamos avançar na construção de uma República de fato neste país. Isso pressupõe a manutenção da CGU com status ministerial para que continuemos o combate à corrupção que este governo tem feito"

Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF)

29
09



"O Senado Federal, no conjunto de seus partidos, deveria se manifestar contra esse retrocesso, que atende única e exclusivamente àqueles que não querem ver as irregularidades denunciadas e apuradas pelo governo"

Senador Aécio Neves (PSDB-MG)

29
09



"É fundamental que a CGU seja preservada como instituição autônoma e independente, capaz de agir nos momentos certos para que possa impedir que se continue saqueando e dilapidando o patrimônio público nacional"

Senador João Capiberibe (PSB-AP)

29
09



"Sem status de ministro, o controlador-geral da União não poderá cobrar apurações, investigações e transparência de outros ministérios. Quem há de querer menos controle e menos transparência na gestão pública?"

Deputado Federal Chico Alencar (PSOL-RJ)

28
09



"Neste momento, a CGU está passando por um processo de enfraquecimento e nós temos que defender, aqui nesta casa, o oposto: o fortalecimento desta instituição, que é tão importante para a sociedade brasileira"

Senador José Antonio Reguffe (PDT-DF)

02
10



"Não há razão plausível para extinguir a CGU. Sob alegação de reduzir custos, querem extinguir o principal órgão do governo federal que fiscaliza a aplicação dos recursos públicos. É o teatro do absurdo"

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

30
09



"Qualquer tentativa de enfraquecer, fatiar, subtrair poderes de apuração e de combate à corrupção no âmbito da CGU merece não apenas o meu protesto, mas o protesto de todos que estão associados na luta contra a delinquência no poder público"

Senador Federal Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Fotos: Agência Câmara e Agência Senado



5 de agosto

BASTIDORES



■ **Circulam as primeiras notícias de que a CGU poderá perder o caráter ministerial. Após receber ligação de fontes ligadas ao Planalto, às 11h, o Sindicato dispara mensagem de whatsapp para interlocutores em postos-chave da Administração, a fim de apurar o boato.**

■ Preocupação com os boatos é estendida ao Conselho de Delegados Sindicais (CDS). Como medida preventiva, o Sindicato recomenda articulação parlamentar e convoca estado de alerta em defesa da instituição.

7 de agosto

- Após conversa informal com o Sindicato, cúpula da CGU afirma desconhecer os rumores de transformação do órgão em uma agência anticorrupção.
- Filiado do Acre sugere ao Sindicato a elaboração de dossiê para fomentar a mobilização em defesa da CGU.

18 de agosto

- Cúpula da CGU revela apreensão com eventual rebaixamento do órgão, em reunião com o Sindicato.

24 de agosto

IMPRENSA



Edição impressa do jornal O Globo publica primeira matéria sobre possível perda do caráter ministerial da CGU.

31 de agosto

- Em atividade da CGU no auditório de edifício sede, em Brasília, Sindicato anuncia reunião com chefes regionais a fim de definir estratégias de ação em defesa do órgão.
- A reforma administrativa é anunciada na apresentação do Plano Plurianual (PPA 2016-2019) ao Congresso Nacional, pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Joaquim Levy e Nelson Barbosa, respectivamente.
- Sindicato dispara orientações para o grupo virtual de discussão da carreira, o Controle Interno (CI). No email, a convocação para ações emergenciais em três frentes de mobilização: interna, parlamentar e com a mídia.

10 de setembro

- Contratação de campanha de mídia na rádio CBN. A escolha do veículo se justifica pela ampla audiência e tradição na veiculação de notícias sobre política e economia, em nível nacional.



- Sindicato trata do assunto em Assembleia realizada no auditório do edifício sede, em Brasília. Os dirigentes informam as ações em andamento.
- Sindicato se reúne com a deputada federal Érika Kokay (PT-DF), na Câmara dos Deputados.

3 de setembro

- Lançamento da campanha de mídia da mobilização nacional pelo fortalecimento da CGU. O spot é veiculado na rádio CBN todas as terças, quartas e quintas-feiras do mês de setembro. A peça publicitária está disponível para download no site do Sindicato.
- A deputada federal Érika Kokay (PT-DF) defende o caráter ministerial da CGU, em plenário. "Manter a CGU na sua condição

15 DE SETEMBRO

BLOG DO LAURIBERTO - CE

Com o tema: "Fortalecimento das Parcerias Institucionais no Combate à Corrupção", debate realizado em Fortaleza pauta o veículo. Evento é uma promoção da delegacia sindical do Ceará

17 DE SETEMBRO

CEARÁ NEWS

Portal divulga a realização do fórum promovido pela delegacia sindical do Ceará. Debate integra mobilização em prol da CGU

18 DE SETEMBRO

DIÁRIO DO NORDESTE

Jornal também repercute a realização do fórum "Fortalecimento das Parcerias Institucionais no Combate à Corrupção", promovido pela delegacia sindical do Ceará

DIREITO - CE

Portal destaca a realização do debate "Fortalecimento das Parcerias Institucionais no Combate à Corrupção", que reuniu especialistas em controle interno, em Fortaleza

JORNAL DE HOJE - CE

Veículo divulga a realização do fórum promovido pela delegacia sindical do Ceará

19 DE SETEMBRO

O POVO ONLINE - CE

Fórum realizado em Fortaleza ganha repercussão no jornal. Delegacia sindical do estado fala dos desafios da atuação da CGU

23 DE SETEMBRO

JORNAL DO BRASIL

Subprocurador-geral, Nicolao Dino, expressa preocupação com possibilidade da perda do caráter ministerial da CGU e afirma que o órgão precisa, na verdade, ser fortalecido

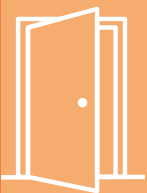
FOLHA DE SÃO PAULO

Sindicato defende a manutenção do caráter ministerial da CGU e ressalta que é preciso garantir independência aos servidores que atuam no combate à corrupção

24 DE SETEMBRO

BLOG DO SERVIDOR

Portal repercute mobilização em defesa da CGU. Movimento coletivo de entrega de cargos é um dos destaques do texto



3 de setembro

■ Sindicato almoça com equipe do Correio Braziliense. Primeiras informações a respeito do fatiamento das funções da CGU são passadas com exclusividade à reportagem do veículo.

11 de setembro

■ Após conversa com a cúpula da CGU, a iniciativa de entrega de cargos de direção é suspensa. “Todas as outras ações em defesa do órgão continuarão o curso programado”, comunica o Sindicato.

21 de setembro

■ Sindicato intensifica mobilização em defesa do fortalecimento institucional da CGU. A entidade alerta para a necessidade de reforçar a articulação parlamentar no DF e nos estados.

24 de setembro

■ Sindicato lança apelo a todos os grupos de discussão da carreira, às 15h21, após receber informação de fonte ligada ao Planalto da possibilidade da CGU ser transformada em uma subsecretaria da Casa Civil.

ministerial é fundamental para que nós continuemos o combate à corrupção que este governo tem feito”, declarou a parlamentar.

■ Chefes de regionais chegam a Brasília para definição de estratégias de ação, em reunião com Sindicato. Encontro resulta na elaboração dos modelos de formulário para entrega de cargos em comissão.

4 de setembro

■ Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) prepara abaixo-assinado pelo fortalecimento da CGU e dá início à coleta de assinaturas no Congresso Nacional.

10 de setembro

■ Publicação sobre spot no facebook alcança mais de 63 mil pessoas e 99 compartilhamentos, em apenas uma semana.

11 de setembro



■ Em encontro com o Sindicato, Valdir Simão, ministro-chefe da CGU, parabeniza a mobilização nacional pelo fortalecimento do órgão e recebe a camiseta oficial do movimento.

■ Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno (Conaci) publica moção de apoio à manutenção do caráter ministerial da CGU.



14 de setembro

■ Cúpula da CGU demonstra forte apreensão com possível perda do caráter ministerial do órgão, em reunião com o Sindicato. Ações em defesa do órgão são intensificadas.

17 de setembro

■ Sindicato convoca Dia Nacional de Paralisação, para o dia 23 de setembro, motivado pelo pacote de cortes anunciado pelo governo. Em item de pauta exclusivo, servidores são convocados para ato em defesa do caráter ministerial da CGU.

18 de setembro

■ Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) protocola abaixo-assinado pelo fortalecimento da CGU. Assinado por 185 parlamentares, documento é encaminhado à Casa Civil, à Secretaria Geral da Presidência da República, à CGU e aos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

■ Delegacia sindical do Ceará promove o debate “Fortalecimento das Parcerias Institucionais no Combate à Corrupção”. Participam representantes da CGU, dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e da Procap. Portais como “O Povo”, “Ceará é Notícia”,

“Diário do Nordeste”, “Ceará News”, “Direito CE”, “TVSBR” e o “Blog do Lauriberto” pautam o evento.

21 de setembro

■ Conferência Internacional Anticorrupção (IACC) emite nota em apoio ao fortalecimento da CGU.

22 de setembro

■ A Rede Amarribo, formada por organizações, movimentos e redes da sociedade civil que atuam no combate à corrupção e impunidade e para o fortalecimento das políticas públicas de transparência e acesso à informação, manifesta apoio à autonomia da CGU.

23 de setembro

■ Sindicato retoma o movimento pela entrega de cargos de chefia. A Folha de S.Paulo pauta a iniciativa.

■ Com o slogan “CGU um ministério importante para o Brasil”, o Dia Nacional de Mobilização lota o auditório do edifício sede da CGU, em Brasília. No encontro, os servidores declaram que não descartam a adoção de medidas mais enérgicas em defesa do órgão.

■ A preocupação com a CGU entra no discurso de Nicolao Dino, subprocurador-geral da República e coordenador da Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal, no lançamento do Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC).

24 de setembro

■ A presidente Dilma Rousseff cancela anúncio da reforma ministerial e embarca para Nova York (EUA), para a 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

■ A Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal (5ª CCR/MPF) emite nota pública contra o rebaixamento da CGU. Nicolao Dino, subprocurador-geral da República e coordenador da 5ª CCR/MPF, assina o texto.

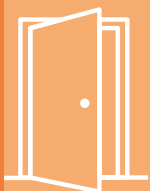
■ Fábio George Cruz da Nóbrega, conselheiro nacional do Ministério Público Federal e presidente do Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC), manifesta preocupação, em nota pública, quanto às notícias que especulam o rebaixamento da CGU.

■ Fóruns, Movimentos e Redes de Controle, Prevenção e Combate à Corrupção emitem nota de apoio à CGU.

■ Servidores temem que CGU passe a integrar a estrutura da Casa Civil. Em matéria publicada no Correio Braziliense, o Sindicato lembra que dos últimos seis ministros, cinco foram denunciados ou investigados por suspeitas de irregularidades.

25 de setembro

BASTIDORES



■ **Sindicato almoça com equipe do Correio Braziliense. Veículos de imprensa de todo o país procuram a entidade para tratar do tema.**

■ Abaixo-assinado virtual pela manutenção do caráter ministerial da CGU viraliza nas redes sociais com mais de 10 mil assinaturas.

■ Observatório Social do Brasil emite nota em apoio ao fortalecimento da CGU.

■ Sindicato convoca mobilização nacional em defesa do caráter ministerial da CGU, para o dia 29 de setembro.

■ "Extinção da CGU seria equívoco in-

ceitável", diz ex-ministro. Jorge Hage classifica como "absurda" a proposta do governo de retirar o caráter de ministério da Controladoria, à reportagem da Folha de S.Paulo.

■ Mobilização em defesa da CGU conquista apoio de Waldir Pires. Ex-ministro de Estado do Controle e da Transparência defende a integridade ministerial do órgão.



■ Roberto Porto, Controlador-Geral do Município de São Paulo, manifesta apoio à CGU. Por meio de nota, ele diz que a perda do caráter ministerial do órgão significaria verdadeiro retrocesso.

■ Servidores criam página no facebook "Apoio ao Combate à Corrupção - A CGU não pode acabar" para reforçar a articulação virtual do movimento em defesa do órgão.

■ Servidores se reúnem, em ato espontâneo, em frente ao edifício sede da CGU, em Brasília. Manifestação conta com carro de som contratado pelos próprios servidores. Estadão repercute o protesto.



24 DE SETEMBRO

AGÊNCIA FORTALEZA DE NOTÍCIAS

Portal divulga entrega de cargos na CGU. Delegacia sindical do Ceará afirma que "em menos de um dia, 30% dos servidores com cargos DAS aderiram ao movimento"

A TARDE

Jornal de maior circulação da Bahia noticia movimento de entrega de cargos na CGU, com destaque para a importância do caráter ministerial e independência do órgão

CLICK - PB

Veículo destaca apoio do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção à nota em defesa da CGU, assinada por Movimentos, Fóruns e Redes de Controle, Prevenção e Combate à Corrupção

25 DE SETEMBRO

FOLHA DE SÃO PAULO

Em entrevista ao jornal, Jorge Hage classifica como "equivoco inaceitável" e "absurda" a proposta do governo de retirar o caráter de ministério da CGU

REVISTA ÉPOCA

Veículo denuncia que o fatiamento das atribuições institucionais da CGU "trará dificuldades para os acordos de leniência da Lava Jato"

ESTADÃO

Jornal repercute mobilização espontânea dos servidores pela manutenção do caráter ministerial da Controladoria

CBN BRASÍLIA

Rádio divulga mobilização contra o fatiamento das funções da CGU. Em entrevista, Sindicato afirma que teme a vinculação do órgão à Casa Civil

ESTADÃO NOITE

No artigo "Que compromisso, Dilma?", o professor da UFMG, Fernando Filgueiras, critica o fatiamento das funções da CGU

CORREIO DO ESTADO

Matéria publicada no portal aponta possibilidade de retirada do caráter ministerial e fatiamento das funções da CGU

26 DE SETEMBRO

CORREIO BRAZILIENSE

Reportagem aponta possibilidade de extinção da CGU. Sindicato denuncia planos de fatiamento das funções do órgão

CRISE / Controladoria-Geral

26 de setembro

Matéria de página inteira do Correio Braziliense traz ampla cobertura das ameaças à CGU. Reportagem do veículo conversou com Rudinei Marques, presidente do Sindicato, e os ex-ministros Jorge Hage e

Waldir Pires

Dois dias depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) começar a faturar a Operação Lava-Jato, o Executivo avalia entregar ao Ministério da Justiça a análise sobre os acordos de leniência, em negociação por empreiteiras implicadas nas denúncias do petroleiro. A estratégia, segundo o Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon), passaria pelo faturamento das funções da Controladoria-Geral da União (CGU), que seriam distribuídas entre outras duas pastas. "De uma hora para a outra, acabar com o órgão é desesperador, é desalentador num país que tem cobrado ações nessa área", diz o presidente da Unacon, Rudinei Marques. A reforma administrativa em análise pelo governo deve ser anunciada na semana que vem.

Procurados, CGU, Casa Civil e Ministério do Planejamento não negaram a existência do texto, nem da discussão sobre a divisão da controladoria. Para o sindicalista, o interesse é político e não de redução de despesas. "Quem é que está apurando os desvios da Lava-Jato? Justamente a Corregedoria. (Dizem:) 'Vamos rifar para o Ministério da Justiça e aí a coisa está sob controle'", reclama Marques. O ex-ministro da controladoria Jorge Hage afirmou ao Correio que apoia o movimento e não descarta a discussão de uma medida para reduzir os poderes do órgão que comandou de 2006 até o ano passado. "Não duvido que exista a proposta porque eu não tenho a menor dúvida de que tem muita gente no governo que não gosta do controle, portanto não gosta da CGU", aponta. Mas ele duvida que Dilma assinasse uma medida provisória com esse teor. "Entendo ser um grande equívoco, um retrocesso inaceitável pelo que o Brasil já evoluiu. Teria repercussão da pior espécie, inclusive nos foros internacionais."

A diretora da Transparência Brasil, Nathália Paiva, afirma que a entidade vê "com profunda preocupação" as notícias sobre o esvaziamento da instituição. Ela disse ao jornal que não se poupa dinheiro reduzindo ainda mais os gastos com a CGU, responsável

por garantir bilhões de reais bem aplicados ou devolvidos aos cofres públicos. "É um claro retrocesso. Não traz grandes benefícios do ponto de vista financeiro. É uma medida burra."

Num eventual faturamento do órgão, ela se pergunta quem cuidará dos bancos de dados de empresas punidas, quem aplicará sanções a agentes públicos, quem

decidirá sobre recursos da Lei de Acesso à Informação e quem fechará acordos de leniência. "Outras partes do governo não estão nem aí para a cultura de transparência," segundo Nathália, a controladoria fiscalizava os gastos de 400 prefeituras em 2004. Hoje, apenas 60. O ex-ministro da CGU Waldir Pires também apoiou o movimento contra

Política

2 • CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, sábado, 26 de setembro de 2015

CRISE / Controladoria-Geral da União deve perder status de ministério e ter a atribuição repartida entre três pastas. Sindicato e especialistas atacam proposta e veem retrocesso histórico na fiscalização de repasses da União e transparência do Estado

Controle ameaçado

» EDUARDO MILITÃO

Dois dias depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) começar a faturar a Operação Lava-Jato, o Executivo avalia entregar ao Ministério da Justiça a análise sobre os acordos de leniência, em negociação por empreiteiras implicadas nas denúncias do petroleiro. A estratégia, segundo o Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon), passaria pelo faturamento das funções da Controladoria-Geral da União (CGU), que seriam distribuídas entre outras duas pastas. "De uma hora para a outra, acabar com o órgão é desesperador, é desalentador num país que tem cobrado ações nessa área", diz o presidente da Unacon, Rudinei Marques. A reforma administrativa em análise pelo governo deve ser anunciada na semana que vem.

Procurados, CGU, Casa Civil e Ministério do Planejamento não negaram a existência do texto, nem da discussão sobre a divisão da controladoria. Para o sindicalista, o interesse é político e não de redução de despesas. "Quem é que está apurando os desvios da Lava-Jato? Justamente a Corregedoria. (Dizem:) 'Vamos rifar para o Ministério da Justiça e aí a coisa está sob controle'", reclama Marques. O ex-ministro da controladoria Jorge Hage afirmou ao Correio que apoia o movimento e não descarta a discussão de uma medida para reduzir os poderes do órgão que comandou de 2006 até o ano passado. "Não duvido que exista a proposta porque eu não tenho a menor dúvida de que tem muita gente no governo que não gosta do controle, portanto não gosta da CGU", aponta. Mas ele duvida que Dilma assinasse uma medida provisória com esse teor. "Entendo ser um grande equívoco, um retrocesso inaceitável pelo que o Brasil já evoluiu. Teria repercussão da pior espécie, inclusive nos foros internacionais."

A diretora da Transparência Brasil, Nathália Paiva, afirma que a entidade vê "com profunda preocupação" as notícias sobre o esvaziamento da instituição. Ela disse ao jornal que não se poupa dinheiro reduzindo ainda mais os gastos com a CGU, responsável

Avenir Prado/Folhapress - 16/11/14



Executivos transferidos pela Operação Lava-Jato: acordos de leniência de ao menos sete construtoras podem passar para o Ministério da Justiça

» Fiscalização faturada

Discussão na reforma ministerial dificultará controle, dizem especialistas

Como é hoje

A CGU tem status de ministério e é composta por quatro áreas interligadas: ouvidoria, auditoria, corregedoria e controladoria.

Como pode ficar

A Unacon denuncia a existência de medida provisória escrita para retirar o status de ministério e reter o órgão.

» Ouvidoria ficaria na Casa Civil, dirigida por Aloizio Mercadante.

» Corregedoria e o Controle Interno, inclusive para fechar acordos de leniência, ficariam com o Ministério da Justiça, comandado por José Eduardo Cardoso.

» Ouvidoria ficaria no futuro Ministério da Cidadania, que deve ser comandado por Patrus Ananias.

Jogo de empurra no governo

A CGU diz que não comenta hipóteses, enquanto a Casa Civil diz que o assunto é com o Planejamento, que silencia.

rebaixamento. "Isso representaria o enfraquecimento do principal órgão de controle do governo", disse ele em nota ontem.

Retalho

Rudinei afirma que a entidade recebeu informes de "fontes do Planalto" segundo as quais a medida provisória retira status

de ministério da CGU e redistribui órgãos da pasta para a Casa Civil, o Ministério da Justiça e o futuro Ministério da Cidadania. Nesse último, ficaria a Ouvidoria da CGU. A Casa Civil, comandada por Aloizio Mercadante, receberia o setor de auditoria, que avalia como as prefeituras gastam o dinheiro público, por exemplo. Os acordos de leniência, a controladoria

R\$ 814 MILHÕES

Total gasto pela Controladoria-Geral da União em 2014

e a corregedoria seriam absorvidos pela pasta da Justiça.

Ontem à tarde, no Setor de Autarquias Sul, cerca de 200 servidores promoveram uma manifestação contra o esvaziamento da controladoria. Segundo o presidente da Unacon, a CGU não pode ficar na Casa Civil, porque o ministro Aloizio Mercadante é investigado por suspeita de caixa 2 derivada da Lava-Jato.

Ontem, às 10h30 da manhã, o ministro da CGU, Waldir Simão, participou de uma teleconferência com chefes do órgão nos estados. Eles ameaçaram deixar os cargos se a controladoria perder o status de ministério. Em mensagem eletrônica, a coordenadora de Recursos Humanos avisou que tomará a mesma atitude. Rudinei afirma que serão mais de 20 chefias entregues na próxima terça-feira, quando está prevista uma paralisação geral.

A assessoria da CGU disse ao jornal que ainda não houve qualquer entrega de cargos. O órgão afirmou que não se manifestará sobre a reforma ministerial. A Casa Civil disse que o tema é tratado pelo Ministério do Planejamento, que não respondeu aos pedidos de esclarecimento do jornal. As empreiteiras Camargo Corrêa, OAS, Engevix, Galvão Engenharia e Setal e o estaleiro SBM Offshore negociam acordos de leniência com a CGU na Lava-Jato. De acordo com o Sifai, o sistema que registra os gastos do governo, a CGU gastou R\$ 814 milhões no ano passado.

Oferta ministerial insuficiente

» MARCELLA FERNANDES



Em qualquer país, para ter governo e apoio, tem que ter participação. Tem que estar junto efetivamente"

Jovair Arantes (PTB-GO), deputado federal

(CE), líder do partido na Câmara. O ministro do Trabalho, Manoel Dias, afirmou ontem em que o PDT continua na base, independente de sua saída do cargo. Já o vice-líder da sigla na Câmara, deputado Félix Mendonça (BA), garante que a bancada continuará independente em alguns temas. O grupo é contrário, por exemplo, à recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). "Não é um partido que pode

dizer amém para tudo", afirma. No caso do PTB, o líder do partido na Câmara, deputado Jovair Arantes (GO), classificou como insuficiente a manutenção de Armando Monteiro no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). "Em qualquer país, para ter governo e apoio, tem que ter participação. Tem que estar junto efetivamente", disse. Futuro responsável pela articulação política, Ricardo Berzoini prometeu a permanência de Monteiro. A saída do senador petebista era cogitada devido a críticas públicas a mudanças propostas pelo Planalto ao Sistema S.

Para a presidente do partido, deputada Cristiane Brasil (RJ), não há possibilidade de rever a independência. "Não queremos mais aproximação", disse. Ela acredita que a saída de Monteiro poderia representar um afastamento definitivo do governo. Quanto ao PMDB, mesmo com os esforços em agradar grupos distintos da sigla na reforma, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, voltou ontem a defender o rompimento com o Planalto.

» Três perguntas para

Jorge Hage, ex-ministro da CGU

A CGU perderá status de ministério?

Não acredito que seja verdade. Espero que não seja verdade. Na hipótese de ser verdadeiro, entendo ser um grande equívoco, um retrocesso inaceitável pelo que o Brasil evoluiu. Teria repercussão da pior espécie, inclusive nos foros internacionais. O nosso modelo tem como característica a integração dessas quatro funções, ouvidoria, controle interno, auditoria e corregedoria.

Por que?

É por conta dessa integração de funções que a CGU conseguiu, nos últimos anos, excluir da administração federal 5,5 mil agentes públicos, e ter aplicado penalidades e processado volume enorme de empresas e ONGs. Temos mais de 2,5 mil ONGs impedidas de receber recursos federais. Cerca de 5 mil empresas estão no cadastro de punidas. A desintegração desse modelo é a desmontagem de uma instituição que foi

construída com grande esforço nos últimos 11 anos. Eu absolutamente não acredito que a presidenta venha a fazer isso, cometer esse equívoco lamentável. Agora, eu não duvido que exista a proposta porque eu não tenho a menor dúvida de que tem muita gente no governo que não gosta do controle, portanto não gosta da CGU.

Há mais problemas à vista?

Há consequências de ordem legal complicadas. Por exemplo, as atribuições conferidas à CGU conferidas pelas leis de Acesso à Informação e Anticorrupção, como aplicação de sanções, ficariam prejudicadas. As sanções contra empresas e da Lei nº 8.666 (de Licitações), se deixar de ser ministério, não pode se aplicar mais, porque é atribuição de ministro de Estado a declaração de idoneidade. Não sei se é tentativa de controle da Lava-Jato. O que sei é que é absurdo se retirar isso de um órgão de controle e correção do Estado brasileiro.



João Cruz/RE

Há mais problemas à vista?

Há consequências de ordem legal complicadas. Por exemplo, as atribuições conferidas à CGU conferidas pelas leis de Acesso à

pasta para o PDT e outra para o PTB, ambos não devem mudar a posição de independência das bancadas da Câmara, anunciada no início de agosto. Hoje, as ban-

participação. Tem que estar junto efetivamente"

tem que estar junto efetivamente", disse. Futuro responsável pela articulação política, Ricardo Berzoini prometeu a permanência de Monteiro. A saída do senador pe-

26 DE SETEMBRO

FATO ONLINE

Especialistas em combate à corrupção criticam a possibilidade de rebaixamento da CGU. "A CGU deve ser fortalecida, não extinta", afirma Márton Reis, coordenador do MCCE

ESTADO DE MINAS

Jornal repercute protesto contra a possibilidade de retirada do caráter ministerial da CGU, em Belo Horizonte

**O JORNAL DE TODOS OS BRASIS
"LUIS NASSIF ONLINE"**

No artigo "O legado do governo Dilma no combate à corrupção", Alex Fabiano critica a possibilidade de rebaixamento da CGU: "Um evidente tiro no pé"

27 DE SETEMBRO

JORNAL DIA A DIA

No artigo "A quem interessa quebrar a CGU?", Maria Lucia Fattorelli discorre sobre motivações econômicas e políticas que podem estar por trás da intenção de extinguir a Controladoria

28 DE SETEMBRO

G1 - DF

Veículo destaca ato público em defesa da CGU, realizado pelos servidores, em Brasília. Sindicato critica possibilidade de retirada do caráter ministerial do órgão

JORNAL DO SBT

Telejornal repercute mobilização em defesa da CGU. Ato público promovido pelos servidores e apoio de Jorge Hage ao movimento são os destaques

ESTADÃO

Jornal repercute mobilização dos servidores em prol da manutenção do caráter ministerial da CGU. Ato público realizado em Brasília é destaque

VEJA - CIÊNCIA COM POLÍTICA

No artigo "Sem a CGU, combate à corrupção regredirá décadas", Sérgio Praça aponta contradições no discurso da presidente, na 70ª Assembleia Geral da ONU

A TARDE - UOL

Ex-ministro Waldir Pires classifica proposta de retirada do caráter ministerial da CGU de "absolutamente nociva ao combate da corrupção"

UOL - BLOG DO FERNANDO RODRIGUES

Reportagem apresenta a história da CGU e denuncia prejuízos da possível retirada do caráter ministerial do órgão. Protestos contra o rebaixamento entram em pauta



27 de setembro

- O movimento em defesa da CGU ganha reforço dos estados. Servidores das regionais chegam a Brasília para auxiliar no trabalho parlamentar.
- Folha de S.Paulo publica nota do Sindicato, na página 17 do caderno Poder.

28 de setembro

- A presidente Dilma Rousseff afirma, na abertura da 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que o Brasil não tolera a corrupção. O discurso contraditório, face às ameaças à CGU, chama a atenção da imprensa.
- Servidores, em ação espontânea, caminham até o Palácio do Planalto. Ato é destaque da edição nacional do jornal do SBT. G1 e Correio Braziliense também pautam o protesto.
- União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar) lança nota pública contra a extinção da CGU. Documento aponta que a realocação das atribuições vai "diminuir a eficiência da máquina administrativa".
- Instituto Ethos redige carta de apoio à CGU para a presidente Dilma Rousseff. Formulado em parceria com 26 organizações e lideranças da sociedade civil, o documento é entregue à presidente durante a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU). Cópias do material também são enviadas ao ministro-chefe da Casa Civil, Aloisio Mercadante, e ao ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Valdir Simão.

- A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), a Associação Nacional dos Auditores (Audicon), a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON) e o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Contas (CNPGC) também emitem nota em defesa da CGU.
- Os Advogados da União componentes e ex-componentes do Grupo Permanente de Atuação Proativa da Advocacia-Geral da União também emitem nota de apoio à CGU.
- Delegacia sindical de São Paulo envia manifesto em defesa da CGU ao vice-presidente, Michel Temer, e ao ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini. O documento é protocolado no Diretório Nacional do PMDB e do PT, na capital paulista.



- Jorge Hage lança carta de apoio ao movimento em defesa da CGU. No documento entregue a comitiva de representantes dos estados, o ex-ministro ressalta os avanços obtidos desde a criação da CGU.

Linha do Tempo

■ Os senadores José Antônio Reguffe (PDT-DF) e Elmano Férrer (PTB-PI) criticam a possibilidade de fatiamento das funções da CGU, no Plenário do Senado Federal. Para os congressistas, o plano de vincular a CGU à Casa Civil constitui tentativa de enfraquecimento do órgão.

29 de setembro

■ Em Brasília, Sindicato promove novo ato em defesa da CGU. Caminhada até o Palácio do Planalto reúne cerca de mil manifestantes. A participação de entidades ligadas à prevenção e ao combate à corrupção confere peso ao movimento. Manifestação ganha cobertura da imprensa de todo o país. O Globo, Estadão e Correio Braziliense enviam equipe de reportagem ao local.

MÍDIA NOS ESTADOS



■ **Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe e Santa Catarina** estão entre os estados que tiveram repercussão dos protestos na imprensa.

■ O Ministério Público Estadual de Alagoas manifesta apoio à CGU. Comissão de servidores, coordenada pela delegacia sindical do estado, entrega ao procurador-geral de Justiça, Sérgio Jucá, manifesto assinado pelo ex-ministro Jorge Hage.



■ A Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso manifesta apoio à CGU. O secretário-controlador geral do Estado, Ciro Rodolpho Gonçalves, lembra que a forma de



organização e funcionamento da CGU é o modelo recomendado pelo Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno (Conaci) aos órgãos de controle interno dos estados.

■ A Parceria para Governo Aberto (OGP) pede que a presidente Dilma Rousseff proteja a CGU. "Para o futuro da OGP no Brasil, e para os milhões de brasileiros ansiosos em ver o governo tomar uma posição robusta sobre a fraude e a corrupção, pedimos para a presidente manter a CGU em sua forma atual", reza a nota emitida pelo Comitê Diretor, formado por representantes do governo e da sociedade civil da OGP.

■ O líder do PSOL na Câmara, deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ), reúne assinaturas de deputados em defesa da CGU na reforma administrativa. Líderes do PV, PPS, SD, DEM, PSDB, PSB, PDT e PROS assinaram a carta aberta suprapartidária, logo no primeiro dia da coleta.

■ O líder do PSDB na Câmara, deputado

federal Carlos Sampaio (PSDB-SP), diz que a tentativa de acabar com independência da CGU é "mais uma incoerência do atual governo".

■ O senador Aécio Neves (PSDB-MG) diz, em plenário, considerar grave a notícia de que a CGU vai perder o caráter ministerial e ser fatiada na reforma administrativa.

■ O senador João Capiberibe (PSB-AP) faz, em plenário, um apelo à presidente Dilma Rousseff, para que a CGU seja preservada. Para ele, incluir o órgão na reforma ministerial significaria um grande retrocesso no combate à corrupção. O parlamentar também propôs abaixo-assinado em defesa do órgão. Assinado por 38 senadores, o documento é protocolado e entregue no gabinete da presidência da República.

■ O deputado federal Cabo Sabino (PR-CE) classifica como "temerário" o rebaixamento da CGU. Já o deputado federal Domingos Neto (PROS-CE), cobra um posicionamento oficial do governo a res-

28 DE SETEMBRO

AGÊNCIA SENADO

Senador Elemaro Férrer (PTB-PI) pede que a CGU seja preservada na reforma ministerial

METRÓPOLES

Portal repercute ato público pela manutenção do caráter ministerial da CGU, realizado em Brasília. Servidores criticam possibilidade de enfraquecimento do órgão

UOL - BLOG DO JOSÉ CRUZ

"Fim da CGU seria incentivo à corrupção e censura à informação pública". Jornalista critica o fatimento das funções da Controladoria, no artigo

PSDB NA CÂMARA

Portal repercute discurso do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). O parlamentar critica a possibilidade de desmonte da CGU, com referência ao discurso da presidente na Assembleia Geral da ONU

CADA MINUTO - AL

Servidores ressaltam que o rebaixamento da CGU pode "inviabilizar investigações a outros ministérios"

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Jornal destaca ato público contra a retirada do caráter ministerial da Controladoria. Sindicato ressalta: "subordinar a CGU a um órgão político é inviável"

TRIBUNA BAND NEWS FM - CE

Delegacia sindical do Ceará defende a preservação do caráter ministerial da CGU em entrevista à rádio

JORNAL DE HOJE - CE

Delegado sindical do Ceará denuncia: "O governo quer aproveitar a reforma administrativa para promover o enfraquecimento do combate à corrupção"

DIÁRIO DO NORDESTE

Paralisação dos servidores do Ceará em protesto pela manutenção do caráter ministerial da CGU pauta o jornal

O POVO ONLINE - CE

Delegacia sindical do Ceará denuncia: "Empresas envolvidas na Lava Jato serão favorecidas com a retirada do caráter ministerial da CGU"

PARAÍBA.COM.BR

Reportagem aponta prejuízos do possível rebaixamento da CGU: "Decisão pode reduzir o poder de um dos mais atuantes órgãos de fiscalização e transparência do governo"

29 de setembro

■ O cartunista Maurício de Sousa também manifesta apoio à manutenção do caráter ministerial da CGU, no twitter, com a hashtag #EmDefesaDaCGU. Parceria com os personagens da Turma da Mônica é um dos pilares da educação cidadã promovida pela CGU.



peito das notícias sobre o fatiamento das funções do órgão.

■ A deputada estadual Fabíola Mansur (PSB-BA) critica a intenção do governo de agregar a CGU à Casa Civil, na tribuna da Assembleia Legislativa da Bahia. "A CGU custa R\$ 70 milhões por ano e promove anualmente o ressarcimento de R\$ 1,7 bilhão roubados. 17 vezes mais", destaca.

■ O vereador Marcelo Serafim (PSB-AM) — líder do PSB na Câmara Municipal de Manaus — apresenta moção de repúdio ao possível rebaixamento da CGU. O parlamentar também alerta para os riscos da medida na tribuna.

■ A Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) publica nota de apoio à CGU. Documento manifesta preocupação com as notícias de que o órgão seria afetado pela reforma ministerial.

30 de setembro

■ Sindicato e servidores conversam com Aroldo Cedraz, presidente do TCU. Durante o encontro, Cedraz lembra recomendação feita pelo TCU na Decisão nº 507/2001,

reposicionando a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) a fim de alcançar maior independência funcional e eficiência.

■ Em plenário, Aroldo Cedraz, presidente do TCU, critica eventual fim da CGU na reforma ministerial. Manifesto é ratificado por meio de comunicado da presidência. Na mesma sessão da Corte, o ministro substituto André Carvalho afirma que a "fragmentação" da CGU e a distribuição de suas competências para outras Pastas consistirão um "inegável retrocesso".

■ "A luta contra a impunidade, pela transparência, pela democracia e participação social deve continuar, com a manutenção e ampliação da autonomia da CGU", defende Waldir Pires, ex-ministro de Estado do Controle e da Transparência, em carta enviada para a presidente Dilma Rousseff.

■ A Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) também emite nota de apoio à CGU. "Em um momento como o atual, em que devemos priorizar o combate à corrupção, é de se estranhar qualquer tentativa de diminuir ou de desestruturar as entidades de





controle da administração, especialmente sob a justificativa de economia”, reza trecho do documento.

■ O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, classifica a eventual extinção da CGU como “recado muito ruim” para a sociedade. “Os empresários não aguentam mais a percepção sobre corrupção”, diz.



■ Em reunião exclusiva, Sindicato pede apoio ao movimento em defesa da CGU à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dom Leonardo Steiner, secretário geral da CNBB, afirma estar acompanhando os desdobramentos do possível rebaixamento do órgão pelos jornais.

■ Sindicato e servidores fazem avaliação de conjuntura, no auditório do edifício sede da CGU.



■ Fórum dos Assessores Especiais de Controle Interno divulga manifesto em apoio à preservação da CGU.

■ Em manifestação contra o desmembramento da CGU, servidores do Mato Grosso do Sul realizam doação de sangue, no Hemo-sul da cidade. Além da coleta de assinaturas para petição contra o desmembramento do órgão, a delegacia sindical do estado faz panfletagem com o intuito de informar a população sobre os riscos da medida.

■ A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) defende, em plenário, a manutenção do caráter ministerial da CGU e destaca que a verba pública utilizada para custear as ações da Controladoria representa um investimento para a sociedade brasileira.

■ O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ressalta, em plenário, a importância da preservação da CGU na reforma ministerial. Ele afirma que o possível fatiamento

das funções do órgão entre a Casa Civil e o ministério da Justiça é uma ameaça aos mecanismos de transparência e de combate à corrupção no país.

■ Coordenados pela delegacia sindical do Amapá, grupo de servidores pede apoio ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral do estado (TRE-AP), desembargador Carlos Tork. Reunião é seguida de ato público contra o fatiamento da CGU.

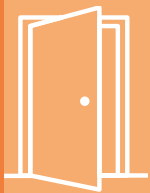
■ Em plenário, o senador Donizeti Nogueira (PT-TO) alerta que a redução de ministérios causaria mais prejuízo do que ganhos.

■ Na Ordem do Dia, os deputados federais Moroni Torgan (DEM-CE) e Ronaldo Martins (PRB-CE) pedem que a CGU seja preservada na reforma ministerial. A promessa nas campanhas presidenciais, segundo Moroni, era de valorização do órgão e não do esfacelamento de suas funções.

30 de setembro

■ Cristiana Lôbo, colunista do G1, informa que os estudos sobre fatiamento das funções da CGU foram arquivados. Notícia é publicada às 23h29.





■ **Sindicato é comunicado que a CGU será preservada na reforma ministerial. A informação é do Advogado Geral da União, Luís Inácio Adams. Aroldo Cedraz, presidente do TCU, revela, em jantar com os dirigentes, que recebeu ligação de Adams logo após sessão da Corte, no dia 30 de setembro.**

■ Delegacia sindical de Santa Catarina promove doação de sangue, no Hemo-centro do estado. Ato resulta em entrevista para a rádio CBN e em panfletagem em frente ao terminal de ônibus urbano de Florianópolis.

■ A deputada estadual Dra. Silvana (PMDB-CE) publica moção em apoio à

manutenção da integridade ministerial da CGU. O documento é protocolado na Assembleia Legislativa do Ceará por meio do requerimento nº339/2015. Os deputados Prof. Teodoro (PSD-CE), Carlos Matos (PSDB-CE), Renato Roseno (PSOL-CE) e Walter Cavalcante (PMDB-CE) subscrevem a nota. A delegacia sindical do estado mediou o contato.

■ Articulação da delegacia sindical do Ceará resulta em pronunciamentos na Assembleia Legislativa do estado. Os deputados estaduais Carlos Matos (PSDB-CE), Dra. Silvana (PMDB-CE), Elmano (PT-CE), Evandro Leitão (PDT-CE), Fernanda Pessoa (PR-CE), Ferreira Aragão (PDT-CE), João Jaime (DEM-CE), Prof. Teodoro (PSD-CE), Raquel Marques (PT-CE), Capitão Wagner (PR-CE), Carlos Matos (PSDB-CE), Heitor Ferrer (PDT-CE), Renato Roseno (PSOL-CE) e Walter Cavalcante (PMDB-CE) declaram apoio ao movimento em defesa da CGU, na tribuna.

■ Delegacia sindical do Rio de Janeiro conquista assinatura de 35 deputados estaduais em manifesto de apoio à CGU. Jornal local da TV BAND pauta a mobilização na Assembleia Legislativa.



28 DE SETEMBRO

REVISTA LEC

Editorial "Os riscos para a CGU em meio à 'reforma administrativa' do governo federal" aponta contradições no discurso de combate à corrupção do governo

29 DE SETEMBRO

O GLOBO

Jornal repercute carta de Jorge Hage entregue aos servidores da CGU. No documento, o ex-ministro afirma que acabar com a CGU para economizar recursos "não faria o menor sentido"

G1 - DF

Portal destaca marcha em defesa da CGU, promovida pelo Sindicato. Servidores afirmam que o rebaixamento do órgão "só interessa aos corruptos"

ESTADÃO

Jornal repercute terceiro dia de protestos pela manutenção do caráter ministerial da CGU. Para os servidores a "mudança poderá acarretar um retrocesso no combate à corrupção"

VALOR ECONÔMICO

Críticas do senador Aécio Neves (PSDB-MG) à intenção de rebaixamento e desmembramento das funções da CGU ganha destaque no jornal

GLOBO NEWS

Comentarista Merval Pereira critica proposta de desmonte da CGU. "A presidente foi à ONU dizer que o país não aguenta mais corrupção e quer acabar com a CGU?", questiona

CBN JOÃO PESSOA

Em entrevista, representante da delegacia sindical da Paraíba fala sobre a mobilização nacional em defesa da manutenção do caráter ministerial da CGU

AGÊNCIA SENADO

Aécio Neves (PSDB-MG) classifica o possível rebaixamento da CGU como "retrocesso". Para ele, a extinção do órgão só interessa "àqueles que não querem ver as irregularidades denunciadas"

AGÊNCIA CÂMARA

Portal destaca articulação promovida pelo PSOL, dentro da Câmara Federal, em busca de apoio para manutenção do caráter da CGU

Linha do Tempo

10 de outubro

■ Chefe da regional do Amazonas faz pronunciamento no plenário da Assembleia Legislativa do estado. O discurso teve como objetivo conclamar os parlamentares amazonenses para a luta contra o desmonte da CGU, classificado por ele como "um ataque à sociedade". "Com a extinção da CGU, a população perde um órgão que, juntamente com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, combate a corrupção no país", diz.

■ A Associação Mato-grossense dos Municípios manifesta apoio à autonomia e independência da CGU.

■ Coordenados pela delegacia sindical do Maranhão, servidores realizam ato público em defesa da CGU.



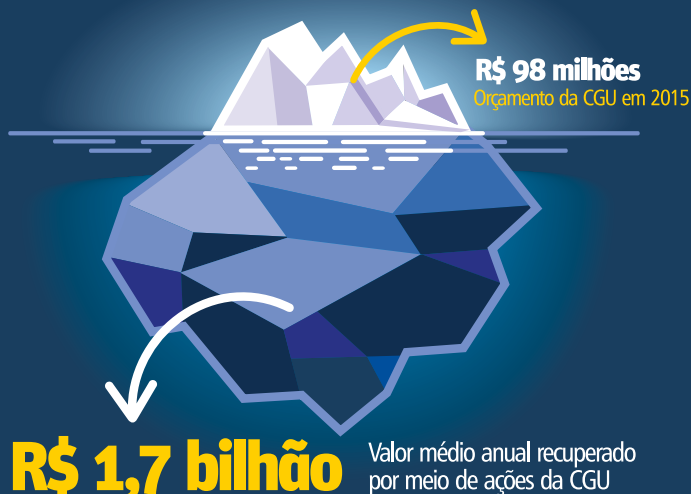
■ O Sistema Fecomércio-BA – que congrega a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia, o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) na Bahia – manifesta apoio à CGU. "A CGU audita o Sesc e o Senac há muito tempo. É um órgão idôneo. Diluir as suas funções em outras Pastas será um retrocesso", afirma o presidente do Sistema Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade.

■ Jorge Hage, ex-ministro da CGU, concede entrevista à emissora de rádio da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS). "A CGU não custa para o governo mais do que 0,05% do orçamento. É absolutamente insignificante o peso da CGU no orçamento da União", argumenta.

■ Delegacia sindical do Paraná consegue audiência com o senador Roberto Requião (PMDB-PR), e o deputado estadual Felipe Francischini (SD-PR). Encontro resultou no apoio ao movimento em defesa da CGU.

■ Representando 22 organizações da sociedade civil de 18 países da América Latina, a Alianza Regional emite nota em apoio à CGU. Documento adverte para o retrocesso do acesso à informação caso o governo fatie as funções do órgão.

AJUSTE FISCAL?



QUE É IGUAL A



17x o valor de seu orçamento



8,5x a economia estimada com a reforma administrativa



200 milhões a mais
que a economia estimada com a suspensão de concursos em 2016

A quem interessa acabar com a CGU?

■ Servidores intensificam articulação nas redes sociais. Valor recuperado pela CGU serve de subsídio para as postagens



■ Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) grava vídeo em apoio à CGU. "Sob alegação de reduzir custos, querem extinguir o principal órgão do governo federal que controla custos. É o teatro do absurdo", diz. A postagem ultrapassa 394 compartilhamentos e mais de 67 mil curtidas.

29 DE SETEMBRO

G1 - AM

Servidores afirmam que enfraquecer a CGU é dar “colher de chá” à corrupção, em ato público realizado pela delegacia sindical do estado

G1 - RR

Reportagem repercute mobilização em defesa da CGU. Em Roraima, servidores ameaçam “paralisação geral” caso a medida estudada pelo governo se concretize

JORNAL DE HOJE - CE

Reportagem destaca mobilização dos servidores no estado do Ceará. Delegado sindical afirma que extinção da CGU favoreceria os envolvidos na Operação Lava Jato

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Portal repercute ato público contra a retirada do caráter ministerial da CGU. Servidores relembrem discurso anticorrupção adotado pela presidente durante campanha eleitoral

DIÁRIO DE CUIABÁ

Moção de apoio à manutenção do caráter ministerial da CGU emitida pelo Conaci ganha destaque no portal. “Medida enfraquecerá o controle das despesas federais”

CORREIO DA PARAÍBA

Mobilização em defesa da Controladoria ganha destaque no portal. Servidores da regional paraibana protestam pela manutenção do caráter ministerial da CGU

METRÓPOLES

Portal repercute ato público contra a retirada do caráter ministerial da CGU. Servidores afirmam que a medida vai prejudicar o cumprimento da missão institucional do órgão

FOLHA MAX

Reportagem destaca apoio do Conaci à mobilização em defesa da CGU. A retirada do caráter ministerial do órgão enfraquecerá o controle interno, segundo o Conselho

BAHIA NOTÍCIAS

Portal repercute mobilização em defesa da CGU. Servidores advertem: “a CGU não pode fiscalizar ministério sem ter a mesma posição hierárquica”

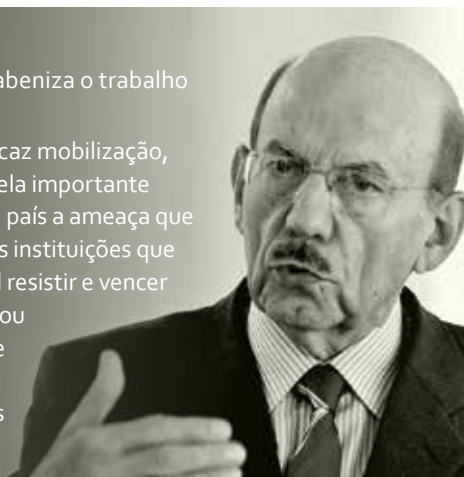
ALAGOAS 24 HORAS

Portal destaca mobilização em defesa da CGU na capital alagoana. “É a principal agência anticorrupção do Brasil”, ressaltam os servidores

2 de outubro

■ Jorge Hage, ex-ministro da CGU, parabeniza o trabalho dos servidores, por meio de nota.

“Depois destes dias de intensa luta e eficaz mobilização, quero cumprimentar toda a categoria pela importante vitória conquistada. Vocês revelaram ao país a ameaça que pairava sobre uma das mais importantes instituições que temos e demonstraram como é possível resistir e vencer as forças contrárias que, por ignorância ou má fé, queriam o retrocesso. A luta deve continuar para o constante fortalecimento da CGU. Forte abraço e parabéns a todos vocês”.



2 de outubro

■ Valdir Simão, ministro-chefe da CGU, anuncia a manutenção do caráter ministerial do órgão, na intranet dos servidores. O comunicado é reproduzido pelo O Globo.

■ Servidores comemoram, em Assembleia, a manutenção do caráter ministerial da CGU. Encontro histórico é transmitido em tempo real para os estados. Valdir Simão, ministro-chefe da CGU, participa da abertura, parabenizando o movimento vitorioso dos servidores. (ver fotos páginas 18 e 19).

■ Representantes da delegacia sindical do Amapá buscam apoio do Tribunal de Justiça do estado, para a manutenção da integridade institucional da CGU.



■ Em plenário, o senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) faz um apelo direto à presidente Dilma Rousseff para preservar o caráter ministerial da CGU.

3 de outubro

■ Promotores de Justiça de todo o Brasil comemoram a manutenção do caráter ministerial da CGU. A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) divulga nota de confiança.

■ O presidente da Associação Piauiense do Ministério Público, promotor Paulo Rubens, defende a posição da presidente Dilma Rousseff de não mudar o caráter

ministerial da CGU, que corria o risco de ser agregada a outro ministério.

5 de outubro

■ Comitiva de servidores, coordenada pela delegacia sindical do Paraná, agradece o apoio do presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Ademar Traiano (PSBD-PR), em visita de cortesia. Durante encontro, Traiano antecipa que irá apresentar moção de apoio à PEC 45/2009.



6 de outubro

■ Sindicato envia nota de agradecimento para todos os parceiros que auxiliaram no trabalho em defesa do caráter ministerial da CGU.

■ Grupo de 25 servidores, conduzidos pela delegacia sindical do Ceará, agradece, em visita de cortesia, o apoio em defesa da CGU expresso pela Procuradoria da República no Estado do Ceará.





“Esse movimento unificou a Casa em um momento importante, em que estamos discutindo nosso planejamento. A CGU, a partir de agora, vai ser uma nova CGU”

Valdir Simão, ministro-chefe da CGU



29 DE SETEMBRO

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Reportagem repercute ato público pela manutenção do caráter ministerial da Controladoria. “A CGU não pode perder força”, afirmam os servidores

BLOG DO BG

Comunicado de apoio enviado por Jorge Hage ganha repercussão. No documento, o ex-ministro se manifesta contra a “destruição” da CGU

GOIÁS TRANSPARENTE

Portal repercute moção de apoio enviada pelo Conaci à manutenção do caráter ministerial da CGU

O POVO ONLINE - CE

Reportagem destaca mobilização nacional em defesa da CGU. Ato público realizado em Fortaleza e carta de apoio enviada pelo ex-ministro Jorge Hage também entram em pauta

POLÍTICA REAL

Senador Elmano Férrer (PTB-PI) assegura que a “manutenção da CGU traz mais benefícios que despesas ao país”

TUDO RONDÔNIA

Portal destaca ato público pela manutenção do caráter ministerial da CGU realizado em Brasília. “Servidores tentam evitar o desmonte da atual estrutura do órgão”, aponta reportagem

INFONET

Mobilização contra a extinção da CGU ganha destaque no portal. Sindicato defende a importância da manutenção da autonomia institucional do órgão

FOCANDO A NOTÍCIA

Servidores reforçam que a perda do caráter ministerial acabaria “também com o poder de agente fiscalizador que a CGU tem, ou seja, seria a extinção do órgão”

ANFIP

Página da Associação dos Auditores da Receita destaca ato público pela manutenção do caráter da CGU, em Brasília. “A Controladoria é extremamente importante para a União”, defende a entidade

BAHIA NOTÍCIAS

Mobilização dos servidores ganha destaque no portal. Sindicato alerta: “perda do caráter interfere também no processo de responsabilização das empresas envolvidas na Lava Jato”





Servidores comemoram manutenção do caráter ministerial da CGU

Assembleia histórica foi transmitida em tempo real para os estados. Ministro Valdir Simão participou da abertura, parabenizando o movimento da categoria

A Controladoria-Geral da União (CGU) dá início a um novo ciclo. Depois de uma articulação intensa, com dois meses de duração, a carreira de Finanças e Controle comemora a manutenção do caráter ministerial do órgão, no dia 2 de outubro, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) convocada pelo Unacon Sindical. Transmitido em tempo real para todos os estados, o encontro também contou com a participação do ministro Valdir Simão, que parabenizou o movimento em defesa do órgão.

“A mobilização que vocês fizeram foi fundamental. A minha fala aqui, portanto, é de homenagem a todos. Esse movimento unificou a Casa em um momento importante, em que

estamos discutindo nosso planejamento. A CGU, a partir de agora, vai ser uma nova CGU. Que essa mobilização em defesa da instituição continue, mas sempre tendo como foco o cidadão brasileiro, público para o qual nós trabalhamos efetivamente”, enfatizou Simão.

Gravação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) está disponível no site do Sindicato, para filiados com login e senha da área restrita. Acesse pelo link: <https://goo.gl/T6wPe> ou no QR-code ao lado



29 DE SETEMBRO

REDE TIRADENTES DE RÁDIO E TELEVISÃO

Em entrevista, chefe substituta da regional mineira fala sobre a mobilização nacional em defesa da manutenção do caráter ministerial da CGU e desclassifica argumentos de economia de recursos

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

Na tribuna, o vereador Marcelo Serafim (PSB-AM) repudia possibilidade de rebaixamento da CGU. "Tirar a autonomia da Controladoria prejudicará a fiscalização dos recursos públicos no Brasil"

MÍDIA MAX - MS

Petição pública em defesa da CGU ganha destaque no portal. Servidores pedem apoio à sociedade. "Acabar com a CGU é boicotar a prevenção à corrupção", afirmam

TV LEGIS

Emissora cobre ato público realizado pelo Sindicato em prol da manutenção do caráter ministerial da CGU, em Brasília

RONDÔNIA DINÂMICA

Ato público pela manutenção do caráter ministerial da CGU, em Porto Velho, ganha destaque no portal. Servidores criticam argumento de "economia de recursos"

O PROGRESSO - MS

Manifestação contra o desmonte da CGU, em Campo Grande, é destaque no portal. "Atuação já ajudou a recuperar mais de R\$ 23 milhões, em dois anos", informa delegacia sindical do estado

JORNAL DA TROPICAL - RN

Telejornal cobre o protesto contra o desmonte da CGU, em Natal. Reportagem destaca manifestações de apoio das principais entidades que atuam no combate à corrupção

30 DE SETEMBRO

ESTADÃO

Sindicato denuncia planos de fatiamento das funções institucionais da CGU. Para a entidade, a medida "pode atrapalhar a tramitação dos acordos de leniência"

ESTADÃO

No artigo "Em defesa da CGU", a ex-coordenadora de Promoção da Ética, Transparência e Integridade na CGU, Isabel Corrêa, defende a manutenção do caráter ministerial do órgão

Simão anunciou a manutenção do caráter ministerial da CGU, na intranet do órgão. A íntegra da mensagem foi publicada no site do Sindicato, antes mesmo da AGE ter início. O comunicado foi reproduzido pelo O Globo.

"Parabenizo a todos que fizeram o possível e o impossível para que tivéssemos uma vitória retumbante. Sacudimos o Brasil e o mundo. Isso não teria sido possível sem a nossa união", agradeceu Rudinei Marques, presidente do Sindicato, em reconhecimento ao esforço dos servidores. "Agora temos que dar respostas para a sociedade brasileira que nos apoiou", convocou Marques, em alusão à importância do trabalho do órgão.

Filipe Leão, diretor de finanças do Sindicato, destacou o crescimento da carreira com essa mobilização. "Com a crise se cresce", disse ao refletir "o momento histórico que uniu gerações". O ato do dia 29 de setembro mobilizou servidores ativos e aposentados na marcha até o Palácio do Planalto.

EX-MINISTRO

Jorge Hage também parabenizou o trabalho, por meio de nota. "Depois destes dias de intensa luta e eficaz mobilização, quero cumprimentar toda a categoria pela importante vitória conquistada. Vocês revelaram ao país a ameaça que pairava sobre uma das mais importantes instituições

que temos e demonstraram como é possível resistir e vencer as forças contrárias que, por ignorância ou má fé, queriam o retrocesso. A luta deve continuar para constante fortalecimento da CGU. Forte abraço e parabéns a todos vocês". A mensagem do ex-ministro da CGU foi lida por Marques e aplaudida calorosamente.

RECONHECIMENTO

Os servidores aclamaram de pé a condução de Fábio Félix nas atividades de articulação da luta. Félix assumiu a frente de divisão dos trabalhos por setores e, também, o levantamento de recursos entre os colegas. Emocionado, ele agradeceu o reconhecimento sugerindo a edição e publicação de um livro com o fundo arrecadado.

"CGU UNIDA, PÁTRIA PROTEGIDA"

Recurso utilizado nos três dias consecutivos de protestos, as palavras de ordem marcaram o movimento em defesa do órgão. Anjuli Osterne, servidora da Ouvidoria-Geral da União (OGU), puxou o coro diversas vezes. "A batalha que vencemos não foi apenas a permanência da CGU. Graças a essa mobilização, o que temos hoje é algo muito maior: uma CGU de servidores empoderados. Mostramos para a sociedade a importância do nosso trabalho. Estou muito orgulhosa", disse. Para reafirmar o movimento, ainda propôs repetir o coro "CGU unida, Pátria protegida". ■



A batalha que vencemos não foi apenas a permanência da CGU. Graças a essa mobilização, o que temos hoje é algo muito maior: uma CGU de servidores empoderados. Mostramos para a sociedade a importância do nosso trabalho. Estou muito orgulhosa"

Anjuli Osterne
Servidora da CGU



Adesão de entidades ligadas ao combate à corrupção confere força ao movimento

Articulação em defesa da CGU alcança o auge no ato realizado no dia 29 de setembro. Na avaliação do Sindicato, apoio conquistado em diferentes segmentos sociais foi fundamental

Cobertura de vídeo do ato público em defesa da CGU está disponível no site do Sindicato no youtube. Acesse o link: <https://goo.gl/m3drcV> ou o QR-code ao lado



Foi no dia 29 de setembro que o apoio ao movimento em defesa da Controladoria-Geral da União (CGU) alcançou o auge. Representantes de entidades ligadas à prevenção e ao combate à corrupção aderiram ao coro pela preservação do caráter ministerial da CGU, em ato público realizado em Brasília. Aproximadamente mil manifestantes caminharam do edifício sede do órgão até o Palácio do Planalto com direito a parada em frente ao Bloco K do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O apoio conquistado em diferentes segmentos sociais foi avaliado como fundamental para o movimento. “Nesse período, pudemos

mensurar o apelo social da CGU. As manifestações de apoio vieram de todos os lados. O reconhecimento da sociedade civil organizada e dos parlamentares ao trabalho desempenhado pela Controladoria, em particular, foi um grande diferencial”, avalia Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical.

O terceiro dia consecutivo de protesto dos Analistas (AFC) e Técnicos de Finanças e Controle (TFC) fechou três faixas da Esplanada dos Ministérios. No primeiro ato, no dia 25, os servidores protestaram em frente à sede do órgão. No segundo ato, no dia 28, a mobilização espontânea resultou em caminhada até o Palácio do Planalto.

30 DE SETEMBRO

VEJA

Veículo repercute possibilidade de rebaixamento e de fatiamento da CGU. “A extinção da Pasta pode ser uma perda para o país”, aponta reportagem

REVISTA ÉPOCA

Veículo aponta que retirada do caráter ministerial da CGU poderia ser estratégia para proteger “afilhados políticos” do governo

AGÊNCIA ESTADO

Aroldo Cedraz defende: “O rebaixamento da CGU não contribuirá para a economia dos recursos públicos. Os prejuízos desta medida serão sentidos por toda a sociedade”

AGÊNCIA SENADO

Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) endossa pleito dos servidores e pede a manutenção do caráter ministerial da CGU

AGÊNCIA SENADO

Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ressalta a importância da CGU ser preservada na reforma ministerial

RÁDIO CÂMARA

Carta aberta suprapartidária em prol da CGU ganha repercussão no veículo. A iniciativa do deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ) conquistou o apoio de dezenas de parlamentares

O GLOBO - BLOG DO MERVAL PEREIRA

Em artigo opinativo, jornalista defende a preservação do caráter ministerial da CGU. “A CGU perderia a competência para avocar processos em curso em outros ministérios”

G1 - RN

Portal destaca mobilização em defesa da CGU em Natal. “Servidores paralisam atividades em protesto contra a possibilidade de extinção do órgão”, aponta reportagem

G1 - AP

Portal repercute mobilização em defesa da CGU, em Macapá. Servidores alertam: “submeter a Controladoria a órgãos políticos prejudicaria o desempenho da missão institucional do órgão”

JORNAL DO BRASIL

Veículo repercute mobilização interna, na Câmara dos Deputados, em defesa da CGU. Movimento coordenado pelo deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) lança carta aberta

Nesse período, pudemos mensurar o apelo social da CGU. As manifestações de apoio vieram de todos os lados. O reconhecimento da sociedade civil organizada e dos parlamentares ao trabalho desempenhado pela Controladoria, em particular, foi um grande diferencial”

Rudinei Marques
presidente do Sindicato

trocesso institucional no combate ao desvio de recursos públicos. “É um péssimo exemplo que o governo federal traz para a sociedade brasileira e para o mundo. A CGU chegou a um patamar que não admite mais retrocessos, tendo que ser cada vez mais fortalecida, valorizada, e não fatiada e desprestigiada”, declarou.

“Na Política Federal, temos consciência de que muitos dos trabalhos desenvolvidos pela nossa instituição não seriam possíveis sem o empenho de cada um dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle que fazem da CGU um órgão importante para a nossa República”, reconheceu Leônicio.

Para Nilton Paixão, presidente da Pública – Central do Servidor – foto 5 –, o desmonte da CGU interessa apenas à corrupção e aos corruptores. “O Brasil não tolera mais essas decisões desastrosas, forjadas em gabinetes de ar condicionado, da noite para o dia”, desabafou.

“O Brasil não pode prescindir do trabalho da Controladoria. O desmonte da CGU só interessa aos corruptores. Mas a corrupção não vai vencer”, defendeu Jovita Rosa, presidente do Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) – foto 1.



Nos estados

Caravana de delegados sindicais vinda dos estados desembarcou em Brasília exclusivamente para a mobilização. Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe e Santa Catarina estão entre os estados que tiveram repercussão dos protestos na imprensa.

Marcos Leônicio, presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) – foto 2 – marcou presença no ato do dia 29. Para ele, o rebaixamento da condição ministerial da CGU seria um re-



Paulo Martins, – foto 3 – presidente da Associação dos Auditores do Tribunal de Contas da União (Auditar) reafirmou o compromisso dos Auditores do TCU com a Controladoria. “Quando as categorias se unem, o governo treme. Não vamos permitir que esfacelem os órgãos de controle deste país”, declarou aclamado pelos servidores.

Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida – foto 4 –, também saiu em defesa do trabalho do órgão. “A CGU tem um papel importante na fiscalização de operações ilegais que remuneraram sobra de caixa dos bancos com títulos da dívida pública. Quem pode acabar com essa farra que está levando quase R\$ 1 trilhão da nossa dívida é a Controladoria”, disse.

No mesmo dia, a Parceria para Governo Aberto (OGP) pediu que a presidente Dilma Rousseff protegesse a CGU. “Para o futuro da OGP no Brasil, e para os milhões de brasileiros ansiosos em ver o governo

tomar uma posição robusta sobre a fraude e a corrupção, pedimos para a presidente manter a CGU em sua forma atual”, reza a nota emitida pelo Comitê Diretor, formado por representantes do governo e da sociedade civil da OGP.

A Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), assim como a OGP, também defendeu o fortalecimento da CGU. Representando 22 organizações da sociedade civil de 18 países da América Latina, a Alianza Regional também emitiu nota em apoio à CGU.

EX-MINISTROS

Waldir Pires, ex-ministro de Estado do Controle e da Transparência, e Jorge Hage, ex-ministro da CGU, também defenderam a integridade ministerial da Controladoria. Ambos publicaram carta em apoio ao movimento nacional pelo fortalecimento do órgão.

“A construção da democracia depende de instituições que trabalhem na transformação da vida de



Direito internacional

No dia 3 de setembro, a deputada federal Érika Kokay (PT-DF) lembrou, em plenário, que é justamente o caráter ministerial da CGU que vem conferindo ao país, no âmbito de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a percepção de que o Estado-membro vem atuando no combate à corrupção e promoção da transparência e gestão.

nosso povo. A luta contra a impunidade, a luta pela transparência e pela democracia e participação social devem continuar com a manutenção e ampliação da autonomia da Controladoria-Geral da União. Apoio todos os movimentos em defesa da CGU”, reza trecho da manifestação assinada por Pires.

Hage também lançou carta de apoio à mobilização em defesa do caráter ministerial da CGU. O documento foi entregue à comitiva composta por 14 representantes dos estados, no dia 28 de setembro.

TRIBUNAL DE CONTAS

Aroldo Cedraz, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) recebeu comissão de servidores da CGU formada pelos Analistas de Finanças e Controle (AFC) Gabriel Aragão Wright, Fábio Félix e Valdirene Paes de Medeiros. Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, conduziu o encontro realizado na manhã do dia 30 de setembro.

Durante a reunião, Cedraz lembrou recomendação feita pelo TCU na Decisão nº 507/2001, que mencionava o reposicionamento da Secretaria Federal de Controle (SFC) a fim de alcançar maior independência funcional da instituição e eficiência no desempenho das competências definidas no art.

74 da Constituição Federal. Assim, naquele mesmo ano, foi criada a Controladoria-Geral da União com caráter de ministério.

A reunião resultou em pronunciamento na sessão plenária, no mesmo dia. “O rebaixamento da CGU não contribuirá para a economia dos recursos públicos. Os prejuízos desta medida serão sentidos por toda a sociedade brasileira, bem como por todos os órgãos que têm a árdua missão do combate à corrupção e da busca pela eficiência do serviço público”, disse Cedraz.

Em seguida, o ministro substituto André Carvalho disse que a “fragmentação” da CGU e a distribuição de suas competências para outras Pastas constituiriam um “inegável retrocesso”.

“A extinção desse órgão central e a pulverização das atribuições de controle interno corresponderão, na verdade, a um inegável retrocesso para o controle financeiro dos gastos públicos no Executivo federal. Distanciando-se, assim, até mesmo da busca da eficiência na gestão pública não só porque enfraquecerá o combate à corrupção e à fraude, mas também porque esfacelará os instrumentos de transparência e de controle da qualidade no gasto público”, disse o ministro. ■

O rebaixamento da CGU não contribuirá para a economia dos recursos públicos”

Aroldo Cedraz
presidente do TCU



30 DE SETEMBRO

FOLHA VITÓRIA

Em entrevista, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Vieira, classifica desmonte da CGU como “recado muito ruim” para a sociedade

CBN - SANTA CATARINA

Em entrevista à rádio, delegacia sindical do estado fala sobre a mobilização nacional em defesa do caráter ministerial da CGU.

CONJUNTURA ON-LINE - MS

Reportagem aponta possibilidade de desmonte da CGU em meio à tramitação da investigação da Lava Jato. Em Campo Grande, servidores protestam contra o enfraquecimento do órgão

EM TEMPO - AM

“Nosso Orçamento não passou de R\$ 100 milhões no ano passado, enquanto recuperamos mais de R\$ 1 bilhão para os cofres do governo federal”, informa servidora do estado

GAZETA DO POVO

No artigo “O edifício da democracia depende dos fundamentos da CGU bem alicerçados”, a professora da USP, Ana Carla Bliacheriene, defende a manutenção da independência institucional do órgão

CORREIO BRAZILIENSE

Em entrevista ao portal, o ministro Gilmar Mendes se diz surpreso com a discussão da reforma ministerial fatiar as atribuições da CGU: “Papel importante”, afirma

BOM DIA AMAZÔNIA - RR

Telejornal divulga mobilização dos servidores, em Roraima. Delegado sindical do estado afirma que o movimento deve ser intensificado caso o rebaixamento da CGU se concretize

REDE RECORD - RJ

Programa “Mete Bronca” destaca a mobilização dos servidores em prol da manutenção da independência institucional da CGU, em Boa Vista

TV BANDEIRANTES - RJ

Emissora cobriu o ato público em defesa da CGU que tomou o largo na carioca no Rio de Janeiro. Manifestantes pedem a manutenção da independência institucional do órgão



Mobilização em defesa da CGU resulta em unidade da carreira

Em entrevista exclusiva, Fábio Félix, um dos responsáveis pela coordenação da articulação no DF, revela os bastidores do movimento que aproximou servidores de todo o país

O sentimento da carreira de Finanças e Controle já não é mais o de quando surgiram os primeiros boatos de que a Controladoria-Geral da União (CGU) perderia o caráter de ministério. “Não conseguíamos mais trabalhar. Não havia condições para se concentrar nas atividades. O clima era de desolação”, recorda Fábio Félix, um dos responsáveis pela coordenação da articulação no Distrito Federal. “Nessa crise, descobrimos que somos mais fortes juntos”, afirma Félix, em entrevista exclusiva, que compartilha os bastidores da mobilização que aproximou servidores de norte a sul do país.

Em quais frentes essa articulação de servidores atuou?

R: Atuou em diversas frentes. Foram organizados vários grupos, definidos de maneira estratégica para que pudessem se auxiliar mutuamente e obter o resultado esperado. Ao todo, foram sete grupos:

Grupo de organização de dados e documentos, que organizou todos os dados que embasaram os documentos de mobilização parlamentar, da sociedade civil e da imprensa, além da compilação de todas as manifestações de apoio recebidas.

Grupo de mobilização da sociedade civil, que buscou apoio da sociedade civil organizada, além do Grupo de mobilização dos servidores, com o propósito de fortalecer internamente o movimento.

Grupo de atuação parlamentar, que buscou apoio de senadores e deputados federais, com o objetivo de pressionar o Poder Executivo para manutenção do caráter de ministério da CGU.

Grupo de comunicação, dividido num subgrupo de imprensa, que prospectava reportagens, atendia e direcionava as demandas de entrevistas, além de compilar as reportagens veiculadas; o outro subgrupo tratava das redes sociais, gerenciando a página do movimento criada no facebook e produzindo conteúdo visual para divulgar o movimento.

Grupo financeiro, encarregado de receber as contribuições em dinheiro dos colegas e efetuar os pagamentos relacionados ao movimento, como o aluguel do carro de som nas manifestações de rua.

Grupo de comunicação interna, que se encarregou de compilar os contatos dos servidores voluntários e distribuir as mensagens de orientação.

Em todos os grupos, contamos com a colaboração de servidores de todas as



Creio que a 'ficha caiu' na tarde de 24 de setembro, quando recebemos o informe da chefia de que o quadro era realmente grave e que o entendimento dos responsáveis pela reforma ministerial era de que a CGU deveria mesmo perder o status. Desde então, não conseguimos mais trabalhar. Não havia condições para se concentrar nas atividades. A manhã do dia seguinte foi muito pior. O clima era de desolação.

áreas da CGU Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), Corregedoria-Geral da União (CRG), Ouvidoria-Geral da União (OGU), Diretoria de Gestão Interna (DGI) Assessoria de Comunicação Social (Ascom), Diretoria de Sistemas e Informação (DSI), além de colegas de diversas unidades regionais.

Como foi a reação dos servidores quando surgiram os primeiros boatos de que a CGU poderia perder o caráter ministerial? E quando surgiram as especulações sobre o fatiamento das funções?

R: Quando foi anunciada a reforma ministerial, nenhum dos servidores com os quais a gente mantinha contato esperava que a CGU pudesse correr o risco de perder o caráter de ministério. No setor em que trabalho, os informes sobre os possíveis resultados da reforma eram transmitidos pela chefia, que repassavam o diagnóstico da alta direção da CGU. A informação de que o governo considerava rebaixar a CGU surgiu de forma incisiva na semana de 14 de setembro e a avaliação de que o risco tinha ficado maior e mais factível surgiu na semana de 21, semana em que também surgiu a informação de que além do rebaixamento, poderia haver o fatiamento das funções.

O sentimento compartilhado entre os colegas era de angústia, que

aumentava conforme iam sendo repassados os informes. A angústia era acompanhada da frustração de ver o trabalho e o esforço de muitos anos ser desconstruído com uma 'canetada', sem que a carreira demonstrasse, de forma contundente, sua insatisfação com essa possibilidade.

Depois de iniciado o movimento, descobrimos que em muitas regionais os colegas já haviam passado da angústia e frustração para a ação. Mas, até aquele momento, ainda faltava uma ação integrada entre os colegas dos estados e de Brasília.

Quando os servidores perceberam que a CGU realmente poderia perder o caráter de ministério? Fale um pouco sobre esse momento.

R: Creio que a 'ficha caiu' na tarde de 24 de setembro, quando recebemos o informe da chefia de que o quadro era realmente grave e que o entendimento dos responsáveis pela reforma ministerial era de que a CGU deveria mesmo perder o status. Desde então, não conseguimos mais trabalhar. Não havia condições para se concentrar nas atividades. A manhã do dia seguinte foi muito pior. O clima era de desolação.

Sua participação na articulação foi muito importante. Como você conduziu essa situação com os servidores?

R: A articulação do movimento foi

30 DE SETEMBRO

DIÁRIO TUCANO

Veículo repercute discurso do senador Aécio Neves (PSDB-MG). Parlamentar classifica o possível rebaixamento da CGU como "retrocesso", em plenário

OPINIÃO E NOTÍCIA

Apoio da Associação dos Delegados da Polícia Federal à mobilização em defesa da CGU repercute. "Rebaixamento pode ser precedente negativo para os demais órgãos fiscalizadores", aponta a ADPF

JORNAL DO PIAUÍ

Em entrevista ao telejornal, delegacia sindical do estado fala sobre a mobilização nacional em defesa da CGU

GAÚCHA

Em entrevista à rádio, Jorge Hage fala sobre a possibilidade de desmonte da CGU. Ex-ministro afirma que "existe um aproveitamento da crise econômica para diminuir a fiscalização"

G1 - OS BASTIDORES DA POLÍTICA

Jornalista Cristiana Lôbo afirma que "estudos sobre o fatiamento da CGU foram arquivados". Segundo ela, Dilma desistiu de retirar o caráter ministerial da Controladoria para evitar novos embates

ACASOS AFORTUNADOS BLOG DA ELENITA RODRIGUES

O artigo "A banalização da corrupção... e o fim da CGU?!" aponta prejuízos causados pela corrupção e defende a manutenção do caráter ministerial da Controladoria

1 DE OUTUBRO

O GLOBO

Jornal aponta "prejuízos" que podem ser provocados com a retirada do caráter de ministério da CGU. Sindicato alerta que, sem autonomia, as atribuições institucionais serão comprometidas

O ESTADO

Veículo repercute manifestações de apoio, por parte de deputados estaduais do Rio de Janeiro, à manutenção do caráter ministerial da CGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Waldir Pires pede a Dilma que não dissolva a CGU. Portal repercute carta enviada à presidente, onde ex-ministro da CGU classifica medida de "retrocesso"



feita em conjunto com vários colegas, mas principalmente com a Valdirene Paes, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC). Por uma feliz coincidência, no mesmo dia em que tomei a iniciativa de alugar o carro de som e iniciar o protesto em frente ao prédio da CGU, ela e um grupo de colegas da SFC iniciaram uma petição pública *online* pela defesa da CGU. Desde então, passamos a conversar muito e nos ajudar mutuamente na organização da manifestação. Acredito que o principal passo para conduzir o movimento foi organizar os grupos de atuação, a fim de canalizar a vontade de contribuir de todos os voluntários. A ajuda de todos os colegas que atuaram a frente de cada grupo também foi fundamental.

Fale um pouco sobre o ato do dia 25 de setembro, em frente ao edifício sede da CGU.

R: A manifestação do dia 25 de setembro foi espontânea, mas contou com uma rápida convocação por e-mail e grupos de mensagem. A história desse evento começa na manhã do dia 25, quando estávamos angustiados e frustrados com o forte risco de rebaixamento e fatiamento do órgão. Soubemos que a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindicato estava reunida em gabinete de crise e aguardávamos ansiosos por alguma estratégia de mobilização e manifestação. Trocávamos mensagem com um colega que participava desse gabinete e demandávamos uma mobilização dos servidores já naquele dia, dada a gravidade da situação. Contudo, recebemos a resposta de que a DEN já havia estabelecido um cronograma de ações e que a manifestação com os servidores havia sido agendada apenas para o dia 29 de setembro, considerando que a presidente retornaria de viagem somente nessa data. Não concordei, assim como muitos colegas, e achei que

seria tarde demais para iniciar uma forte mobilização dos servidores. Nesse momento, liguei para uma empresa que aluga carro de som e perguntei pelo preço. Falei da proposta de contratar o carro com os colegas de sala, que imediatamente começaram a contribuir com dinheiro para pagar o aluguel. Contratei o carro e imediatamente os servidores deram início à convocação dos colegas para a manifestação. Assim que o carro de som chegou, nós o posicionamos em frente ao prédio da CGU e convocamos todos os colegas a des-

cerem para o protesto. Terminada a manifestação, sentimos que todos estavam muito engajados para dar continuidade ao movimento.

A adesão dos servidores também foi ponto alto dessa articulação. Como vocês se organizaram?

R: O fim de semana após o dia 25 de setembro foi de muita articulação. Por uma feliz coincidência, muitos delegados sindicais e servidores das regionais já tinham programado a vinda para Brasília. Eles auxiliaram tremendamente na articulação parlamentar, no contato com a imprensa

e na mobilização dos colegas do órgão central. Servidores de todas as áreas se prontificaram a ajudar e contribuíram muito.

Como você avalia a unidade alcançada?

R: Avalio como fundamental para o sucesso da empreitada. Acredito que é um marco para a carreira, além de um grande aprendizado. Nessa crise, descobrimos que somos mais fortes juntos. Acredito que a união demonstrada no movimento facilitará, inclusive, uma maior integração entre todas as áreas da CGU.

O que você considera fundamental para a manutenção da unidade da carreira?

— **Acredito que é necessária uma reconciliação entre a carreira e o Sindicato. Entendo que a unidade deve ser buscada dentro do Sindicato, que é o espaço legitimamente constituído para representação dos servidores.** —



Eu me filiei novamente ao Sindicato. E convido todos os colegas a fazerem o mesmo. Não existe uma carreira forte, sem Sindicato forte. Vamos todos legitimar e fortalecer ainda mais esse espaço de participação, para que possamos sinalizar com muito mais propriedade como queremos ser representados.

R: Acredito que é necessária uma reconciliação entre a carreira e o Sindicato. Entendo que a unidade deve ser buscada dentro do Sindicato, que é o espaço legitimamente constituído para representação dos servidores. Avalio que há erros dos dois lados, por parte de muitos servidores, que ainda não compreendem o papel dessa instância de representação ou que acabaram se afastando por divergências de entendimento. Por parte do Sindicato, avalio que houve um afastamento dos servidores. Eu fui filiado desde o momento que entrei na carreira, como Técnico de Finanças e Controle (TFC) na regional do Mato Grosso, em setembro de 2001. Logo que entrei em exercício, eu e meus colegas recém-empossados fomos recebidos pelo delegado sindical da regional, tivemos uma apresentação do papel do Sindicato, recebemos o formulário e fomos convidados a nos filiar. Permaneci filiado até a confusão do penúltimo processo eleitoral para a Diretoria Executiva Nacional (DEN), que não foi concluído e o presidente da ocasião se manteve no cargo com medidas judiciais. Avalio que foi um erro ter cancelado minha filiação, pois poderia ter permanecido nos quadros para ter ainda mais condições de questionar a situação e tentar reverter a situação. Mas também acho que o Sindicato se mantém muito distante dos servidores, principalmente em Brasília. As pró-

prias convocações do Sindicato em Brasília são feitas de maneira muito impessoal. Creio que os delegados sindicais de Brasília e os próprios membros da DEN poderiam fazer essa atividade uma vez ou outra (principalmente quando os assuntos são mais graves e demandam uma conversa complementar, além da simples convocação), se aproximar mais da base e pautar mais a sua atuação com o envolvimento dos servidores. A mobilização parlamentar feita pelos servidores demonstrou que se o Sindicato contar com todo esse efetivo para sua agenda legislativa, além de demais projetos, certamente teremos muito mais sucesso em nossos pleitos.

Tem mais algo que gostaria de comentar?

R: Só para constar, eu me filiei novamente ao Sindicato. E convido todos os colegas a fazerem o mesmo. Não existe uma carreira forte, sem Sindicato forte. Vamos todos legitimar e fortalecer ainda mais esse espaço de participação, para que possamos sinalizar com muito mais propriedade como queremos ser representados. Além disso, temos que aproveitar o momento e as condições que criamos no Congresso Nacional para fazer avançar a pauta legislativa fundamental para nos fortalecermos como carreira e instituição, como a PEC 45/2009, por exemplo. Manter a unidade e a mobilização é fundamental para isso. ■

1 DE OUTUBRO

SURGIU

Portal destaca discurso do senador Donizeti Nogueira (PT-TO). O parlamentar afirmou não acreditar na possibilidade de desmonte da CGU

IMIRANTE.COM - MA

Portal destaca mobilização dos servidores em São Luiz. Delegacia sindical do estado ressalta que a extinção da CGU representaria uma grande perda para o povo brasileiro

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

Veículo destaca manifestação do deputado estadual Heitor Ferrer (PDT-CE) pela manutenção do caráter ministerial da CGU

MÍDIA MAX - MS

Portal repercute ação solidária dos servidores da CGU, no Mato Grosso do Sul. Em manifestação contra o rebaixamento da CGU, servidores fazem doação coletiva de sangue

SINDICATO DOS JORNALISTAS DE MINAS

Portal destaca mobilização pela manutenção da autonomia institucional da CGU. Delegacia sindical de Minas Gerais enfatiza que plano de esfacelamento da CGU pode ter motivações políticas

2 DE OUTUBRO

O GLOBO

Manutenção do caráter ministerial da CGU ganha repercussão. Veículo publica comunicado enviado por Valdir Simão, ministro-chefe do órgão, aos servidores

ESTADÃO

Jornal repercute a manutenção do caráter ministerial da CGU. Mobilização dos servidores ganhou o reconhecimento do ministro-chefe, que agradeceu o empenho de todos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ

Portal destaca reunião entre servidores da CGU e desembargadores do tribunal. Magistrados declaram apoio à manutenção do caráter da Controladoria

RÁDIO TCE - RS

Em entrevista, delegacia sindical do Rio Grande do Sul fala sobre a mobilização dos servidores e a permanência do caráter ministerial da CGU

TV DIÁRIO - CE

Delegacia sindical do Ceará defende o fortalecimento da CGU e fala sobre a mobilização em defesa do caráter ministerial do órgão, no programa "Vira e Mexe"

Movimento suprapartidário conquista apoio em todos os segmentos e toma as ruas do país

Discursos, manifestações públicas em solidariedade ao órgão e até abaixo assinado. Parlamento, sociedade civil e organismos internacionais se uniram em defesa da CGU

Inconformada com a possibilidade de rebaixamento da Controladoria-Geral da União (CGU), a carreira de Finanças e Controle tomou as ruas das capitais brasileiras e colocou o problema em pauta. A mobilização em defesa do caráter ministerial da CGU conquistou o apoio da sociedade civil e de organismos internacionais, ganhando repercussão

nacional e internacional, em tempo recorde.

Ao analisar os bastidores da mobilização, o delegado sindical pelo Amapá, Adelton Neves, afirma que o movimento promoveu o empoderamento dos servidores. “Estávamos conscientes do grande papel que a CGU desempenha e determinados a evitar o rebaixamento e a fragmentação das funções do órgão”.

A participação social, por meio de cidadãos comuns ou por meio de organizações da sociedade civil, foi crucial para o desfecho da campanha em defesa da CGU. Representando mais de 300 organizações não governamentais em todo o Brasil que fazem parte rede IFC-Amarribo, o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) é um desses apoiadores que conferiu peso ao movimento. No dia 18 de setembro, a entidade protocolou um abaixo-assinado pela manutenção do caráter ministerial da CGU. Assinado por 185 parlamentares, o documento foi encaminhado aos ministros da Secretaria Geral da Presidência da República, Casa Civil, Fazenda, CGU e Planejamento, Orçamento e Gestão.

Aloizio Mercadante e Valdir Simão, ministros da Casa Civil e da CGU, respectivamente, também receberam, do Instituto Ethos, cópias da carta de apoio à CGU encaminhada à Dilma Rousseff. Formulado em parceria com 26 organizações e lideranças da sociedade civil, documento foi entregue à presidente, em mãos, durante a 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

A petição pública “A CGU não pode acabar” também teve ampla repercussão. Mais de 15 mil pessoas assinaram o documento online.

No Congresso Nacional, o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ) e o senador João Capiberibe (PSB-AP) lançaram, cada um, um movimento suprapartidário de coleta de assinatura de parlamentares.

Mas a primeira a declarar, em plenário, ter estranhado ver nos jornais a possibilidade da CGU ser diminuída foi a deputada federal Érika Kokay (PT-DF). “Nós não podemos ter um órgão subjugado a outro órgão, subalternizado, investigando aquele órgão. Como é que a CGU vai poder investigar ministérios, por exemplo, ou condições que precisam ser esclarecidas em ministérios, se tem uma condição inferior à própria condição ministerial?”, indagou



"Estávamos conscientes do grande papel que a CGU desempenha e determinados a evitar o rebaixamento e a fragmentação das funções do órgão"

Adelton Neves,
delegado sindical do Amapá

Kokay. O discurso foi pronunciado no dia 3 de setembro.

Com a possibilidade de desmonte da Controladoria, comitiva formada por servidores de diversos estados recorreu ao apoio de representantes do legislativo federal. O grupo visitou gabinetes de parlamentares durante os dias 28, 29 e 30 de setembro. O trabalho resultou em dezenas de manifestações públicas contra a retirada do caráter ministerial da CGU.

No senado, Aécio Neves (PSDB-MG), José Antônio Reguffe (PDT-DF), Elmano Férrer (PTB-PI), Fátima

Bezerra (PT-RN), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Donizeti Nogueira (PT-TO) foram ao plenário manifestar contrariedade ao desmonte da CGU.

Os deputados federais Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Augusto Carvalho (SDD-DF) também discursaram pela manutenção do caráter ministerial da CGU.

RECONHECIMENTO

Ciente da importância do apoio manifestado pelas entidades, pessoas públicas e a população em geral, Romualdo dos Santos, delegado sindical pelo estado da Bahia, faz questão de dividir o mérito da vitória com todos os cidadãos brasileiros. "Ainda que o movimento tenha partido dos servidores, ele se transformou em excelente oportunidade para a sociedade exclaimar que não pode prescindir desse órgão de controle". No mesmo sentido, o delegado sindical por Minas Gerais, Tiago Lopes afirma. "A manutenção do caráter ministerial da CGU não representa uma vitória apenas da carreira e sim do povo brasileiro". ■

#EmDefesaDaCGU



3 DE OUTUBRO

CONGRESSO EM FOCO

No artigo "CGU: desta vez foi por um triz", o jornalista Jorge Maranhão afirma: "Transformar uma instituição eminentemente técnica num departamento qualquer dentro de um ministério seria dar um tiro no pé"

OPINIÃO E NOTÍCIA

Portal destaca que, apesar da manutenção do caráter ministerial da CGU, servidores continuam a luta pelo fortalecimento do controle interno

RÁDIO VERDES MARES - CE

Delegacia sindical do estado destaca relevância das atribuições inerentes à Controladoria e comemora a manutenção da autonomia do órgão, no programa "Sábado Show"

4 DE OUTUBRO

G1 - PI

Presidente da Associação Piauiense do Ministério Público, promotor Paulo Rubens, comemora a manutenção do caráter ministerial da CGU

5 DE OUTUBRO

PORTAL O DIA

Reportagem destaca permanência da Controladoria como ministério. Notícia foi comemorada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)

ASSEMBLEIA DE MINAS MUNDO POLÍTICO

Chefe regional da CGU do estado explica a atuação do órgão na fiscalização das instituições públicas e de que modo tem contribuído nas investigações da Lava Jato

REDE SUL DE NOTÍCIAS

Em visita ao presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano (PSBD-PR), comitiva de servidores agradece o apoio à mobilização em defesa da CGU

6 DE OUTUBRO

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL

Portal destaca "vitória" dos servidores na luta pela permanência do caráter ministerial da CGU. "A sociedade continuará a contar com o auxílio da CGU", comemoram servidores

CONTROLE EM FOCO

Delegacia sindical do Rio Grande do Sul fala sobre mobilização dos servidores pela manutenção do caráter ministerial da CGU

Nos estados

A mobilização em defesa da CGU movimentou todos os estados, sem exceção. Manifestações, visitas a parlamentares, protestos e doação voluntária de sangue entraram na agenda das representações estaduais da Controladoria.



DOS GRANDES CENTROS AO SERTÃO

A oportunidade de alcançar uma parcela considerável da população por meio de reportagens e entrevistas veiculadas por grandes empresas de comunicação e mídias alternativas é considerada pelo delegado sindical do Ceará como uma conquista do movimento. "Aproveitamos o espaço da imprensa para falar do papel da CGU, da natureza da carreira e do impacto disso na vida do cidadão comum. Isso, sem dúvida, é uma conquista que desencadeará mudanças a médio e longo prazo", afirma Edilberto Barreto.

O Ceará foi o segundo no ranking de arrecadação de assinaturas para a petição pública, além de ter articulado importantes contatos políticos, inclusive com o ex-ministro Jorge Hage.

"Em toda a história da carreira, eu nunca tinha visto um movimento tão intenso e com tanta colaboração. Em todos os estados, em todas as esferas, em todos os locais haviam pessoas trabalhando em prol da CGU", enfatiza o delegado sindical.

Na Câmara dos Deputados, o trabalho de articulação política da delegacia sindical obteve resultados expressivos. Os deputados Cabo Sabino (PR-CE), Domingos Neto (PROS-CE) e Moroni Torgan (DEM-CE) manifestaram preocupação com a possibilidade de rebaixamento da CGU.



AÇÃO SOLIDÁRIA

No Mato Grosso do Sul, a delegacia sindical do estado ocupou as salas do Hemocentro. Vinte servidores aderiram à doação voluntária de sangue, em protesto silencioso pela manutenção do caráter ministerial da CGU.

"Foi uma atitude cidadã que ajudou a reforçar a importância da Controladoria para o exercício da cidadania no Brasil", afirma o delegado sindical Luiz Roberto Machado.

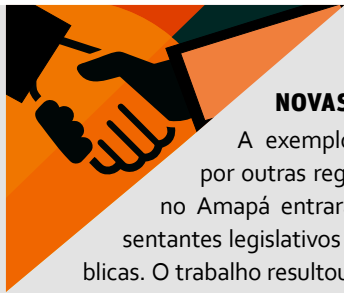
Os servidores de Santa Catarina também realizaram doação coletiva de sangue no Hemocentro do estado, no dia 30 de setembro.



MANIFESTO

Em São Paulo, os servidores enviaram manifesto contra o rebaixamento do órgão ao vice-presidente, Michel Temer, e ao ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini. O documento foi protocolado no Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT), na capital paulista, no dia 28 de setembro. No manifesto, os Analistas e Técnicos de Finanças e Controle ressaltam a importância da manutenção da independência institucional da Controladoria e afirmam que o corte teria um efeito absolutamente irrisório nas contas públicas.

"Ao longo dos anos, a CGU conseguiu construir uma forma de atuação baseada em quatro pilares: Ouvidoria, Controladoria, Correição e Prevenção. Quatro pilares que se integram e se complementam para tentar atender a maior demanda da sociedade hoje que é o combate ao desperdício e à corrupção", reza trecho do documento.



NOVAS PARCERIAS

A exemplo do trabalho desenvolvido por outras regionais, os servidores lotados no Amapá entraram em contato com representantes legislativos do estado e autoridades públicas. O trabalho resultou em manifestações de apoio ao movimento, como a do senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) que defendeu, em plenário, a manutenção do caráter ministerial da Controladoria, no dia 2 de outubro. Os desembargadores do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral do estado também manifestaram apoio ao movimento em defesa da CGU.

"Foi gratificante. As autoridades acionadas foram muito receptivas", afirma Adelton Neves, delegado sindical do estado. Para ele, além de possibilitar a aproximação com importantes parceiros que atuam no combate à corrupção, o movimento favoreceu o surgimento de novas parcerias.

Em outras regiões, a mobilização também conquistou apoio no âmbito estadual e municipal. O vereador Marcelo Serafim (PSB-AM) — líder do PSB na Câmara Municipal de Manaus — apresentou moção de repúdio ao possível rebaixamento da CGU e ocupou a Tribuna para alertar sobre os riscos dessa medida.

Na Assembleia Legislativa da Bahia, a deputada estadual Fabíola Mansur (PSB-BA) também criticou a proposta de rebaixamento da Controladoria.

No Rio de Janeiro, a articulação política conduzida pela delegacia sindical do estado, conquistou apoio de 35 deputados estaduais, que assinaram o manifesto de apoio à CGU.





1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11



12



13



14



15



16



17



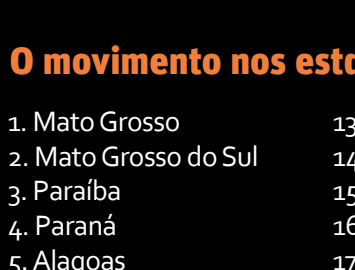
18



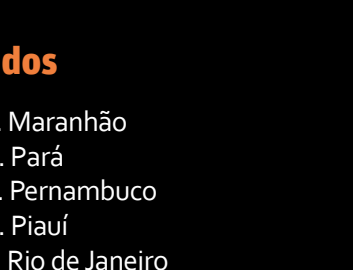
19



20



21



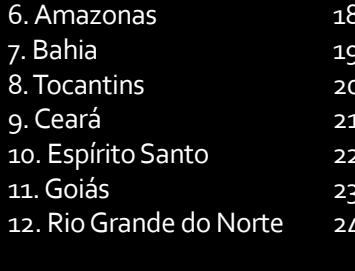
22



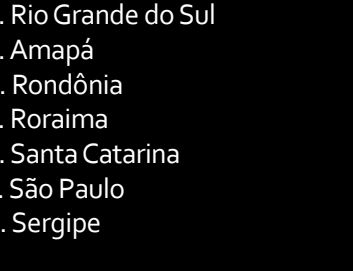
23



24



23



24

O movimento nos estados

1. Mato Grosso
2. Mato Grosso do Sul
3. Paraíba
4. Paraná
5. Alagoas
6. Amazonas
7. Bahia
8. Tocantins
9. Ceará
10. Espírito Santo
11. Goiás
12. Rio Grande do Norte
13. Maranhão
14. Pará
15. Pernambuco
16. Piauí
17. Rio de Janeiro
18. Rio Grande do Sul
19. Amapá
20. Rondônia
21. Roraima
22. Santa Catarina
23. São Paulo
24. Sergipe



Um **ministério**
importante para o Brasil



SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS
E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE